

## AS ECLESIOLOGIAS DE PUEBLA\*

Pe. Jesus Hortal, S.J. \_\_\_\_\_

There are different blocks of concepts in the Church, that don't exclude each other. The authorities of the Church have to promote the union and unity of these different theological positions without being radical. The two most important currents are: one more essencialistic and the other more existencialistic. These two currents, at the end of Puebla, go side by side, without arriving at a synthesis. This still remains to be done.

O autor analisa inicialmente as divergências e polarizações de idéias na Igreja, a partir do conceito de "confronto dialético". Essas divergentes concepções, via de regra, não são excludentes mas, complementares. Radicalizar posições é fácil mas isto só conduz ao rompimento da unidade e à dispersão de forças. Aos que nutrem maior responsabilidade e principalmente aos que estão investidos de autoridade cabe, ao invés, promover um progredir e atuar conjuntos, na unidade. João Paulo II procurou promover incisivamente essa união e Puebla reflete esse forte influxo do Papa orientado a conciliar as divergentes concepções teológicas reinantes na América Latina. De forma global, essas divergências se manifestam principalmente em duas eclesiologias: uma, mais essencialista e voltada para o ser da Igreja; outra, mais existencialista e preocupada com a ação eclesial. O autor confronta os diversos acentos provenientes dessas duas concepções: cristocentrismo e antropocentrismo, universalidade da Igreja e suas concretizações particulares, estrutura hierárquica e participativa, ministérios tradicionais e novos ministérios. E demonstra como, nas Conclusões de Puebla as duas eclesiologias se juxtapõem em convivência pacífica, sem no entanto lograr uma síntese. Essa permanece, como meta a ser alcançada e, como tarefa urgente para assegurar à Igreja sua unidade de vida e de ação.

---

(\*) Este artigo reproduz, com leves modificações, a conferência pronunciada pelo autor, no dia 8 de maio de 1979, no Colégio do Rosário, em Porto Alegre, durante o ciclo de estudos sobre Puebla, organizado pelo Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da PUCRS. Os números entre parênteses referem-se ao texto provisório de Puebla; ed. Paulinas, S. Paulo, 1979.

## I – DOIS MODOS DE SER: DUAS ATITUDES

Não é nenhum mistério que, em quase todos os campos da vida, os homens se dividem, de acordo com sua mentalidade, em dois grupos fundamentais. Esses grupos existem. Poderão ser chamados de direita e esquerda, conservadores e liberais, reacionários e progressistas, retrógrados e revolucionários... As denominações são secundárias, porque estão marcadas ideologicamente: já há nelas uma carga semântica de valoração, de acordo com a pessoa que as pronuncia. O que importa significar é a realidade profunda de duas mentalidades diferentes: uma mais voltada para o presente, outra para o futuro; uma tentando viver a segurança do que se possui (por pouco que seja), outra querendo correr o risco da mudança; uma voltada para o absoluto, outra para o relativo e contingente; uma ponderando o que já se conseguiu, outra gritando o que ainda falta por conseguir.

O problema, porém, que se apresenta na prática é que não há, não pode haver uma separação perfeita e total entre as duas mentalidades. O branco e o preto não costumam aparecer puros. Predominam os tons cinza, de maior ou menor intensidade, que com frequência são classificados como pertencentes a um dos dois extremos. Existirão, porventura, o conservador absoluto e o revolucionário total? O homem que deseja que o mundo fique completamente petrificado e o que tenta mudar radical e absolutamente tudo? Aí está a dificuldade do diálogo, em que, muitas vezes, não se quer deixar um espaço suficiente para os tons intermédios, para o centro, para as "terceiras vias". O curioso é que, nessa rejeição das pontes que podem unir, as duas atitudes contrárias parecem confundir-se: "os extremos se tocam". O terrorismo não é de signo único. Ao lado de um terrorismo "vermelho", existe e existiu um outro "branco" (ou "negro", como se preferir).

A problemática apontada atinge o próprio cerne da pessoa humana. Porque todos levamos, dentro de nós, ambas as mentalidades. Basta acenar para fatos tão conhecidos como a mentalidade conservadora de Freud, na sua vida familiar, em contraste com as conseqüências lógicas de suas concepções psicológicas. O próprio Evangelho nos mostra a coexistência de atitudes aparentemente contraditórias: "Quem não está contra vós, está a vosso favor" (Lc 9,50). "Quem não está comigo, está contra mim; e aquele que não recolhe comigo, dispersa" (Lc 11,23).

Repitamos: o problema não está no diferente modo de ver a realidade, mas no exclusivismo dessas visões. Duas mentalidades diferentes não se superam no enfrentamento destrutor, mas no confronto dialético, que não marginaliza nenhuma das duas.

## II – DE MEDELLÍN A PUEBLA: CAMINHO DIALÉTICO

Essa diferença de mentalidades se reflete também, como não podia ser menos, no interior da Igreja. Só que aqui toma adjetivos diferentes. Há quem esteja mais interessado no ser, enquanto outros mostram sua preferência pelo agir. Essencialismo e existencialismo em relação a Cristo e à Igreja – quando bem entendidos – não são correntes que se excluem mutuamente; contudo, têm servido como bandeira de luta e polarização de atitudes. Dogma e moral, fé e obras, na conceituação católica, não foram extremos antagônicos de uma dicotomia insalvável. Pelo contrário, uma coisa sem a outra resulta incompreensível. Por que, então, no nosso tempo, se tenta contrapor ortodoxia – termo ao qual se pretende dar uma conotação pejorativa – a prática eclesial? Por que perder-se em polêmicas estéreis entre “teoria” e “práxis”? Também neste nível eclesial, seria necessária uma conjugação dialética das duas mentalidades básicas, em lugar de uma luta mortal.

O caminho de Medellín a Puebla é a demonstração mais clara dessas mentalidades exclusivistas. Durante dez anos, houve uma luta surda, no seio da Igreja latino-americana. Não entre os que aceitavam e os que rejeitavam Medellín, pois ninguém levantou abertamente a bandeira da rejeição, mas entre os que olhavam para a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano como uma simples confirmação do passado e os que pretendiam que fosse um começo absolutamente novo do futuro. Em ambos os extremos houve manipulações. Silenciava-se que Medellín pretendeu ser a aplicação do Concílio Vaticano II à realidade do nosso Continente e, por isso, deixava-se de lado o fato de que Medellín se apoiava explicitamente numa doutrina que, mesmo sem definições dogmáticas formais, exprimia a fé da Igreja. Argumenta-se que silêncio não é negação; mas pretende-se ignorar que a verdade, à força de silenciada, pode ser esquecida e que, então, o agir se torna vazio e, com facilidade, pode ir procurar uma base doutrinária em outras latitudes.

Mas, por outro lado, havia o medo do novo, a inércia da rotina. Os textos eram analisados para descobrir neles os elementos permanentes. Ou eram simplesmente silenciados, argumentando-se também que silêncio não é negação.

Durante todos esses anos, houve também uma práxis, uma vida da Igreja, que foi testando, no seu afazer quotidiano, as duas mentalidades opostas. É significativo o fato de que o confronto dialético que não foi possível, na maior parte dos casos, no nível das idéias, se tenha dado no campo da prática eclesial. Durante esses

dez anos, temos convivido em comunidades religiosas e conselhos de pastoral, em paróquias e seminários, em conferências e cursos, em movimentos apostólicos e comunidades de base, pessoas de diversa mentalidade. Apesar das acusações mais ou menos abertas, das suspeitas e denúncias, das etiquetas pré-fabricadas coladas a determinadas pessoas, dos momentos de tensão e mesmo de grave ruptura, pode-se dizer que a Igreja Latino-americana, como um todo, caminhou nesse confronto dialético. Opunha-se evangelização a sacramentalização, pastoral a dogma, moral personalista a direito, etc. Tem sido difícil tentar uma síntese desses extremos aparentes. Para quem pretendeu guardar uma linha equidistante, as acusações provinham dos dois lados. As posições de centro não são adequadas para despertar entusiasmos populistas. Contudo, o Episcopado do continente tem seguido majoritariamente esse caminho de moderação.

### III – O CONFRONTO NO CAMPO ECLESIOLOGICO

No campo específico da Eclesiologia, também aparece esse confronto dialético, que irá refletir-se em Puebla. Há, como dizíamos, os que se interessam mais pelo ser da Igreja; e há os que preferem focalizar o seu agir. Os primeiros argumentarão com a prioridade ontológica; os segundos, com a transcendência prática. Mas essa focalização preferencial – repetamos, não exclusiva – vai refletir-se de mil modos no estudo da Igreja. Assim, uns falarão das origens, acentuarão o papel insubstituível de Cristo, o seu ato fundador; outros, dirigirão sua atenção para o caráter histórico da Igreja, a sua mutabilidade, a renovação constante, pelo povo que vai mudando. Uns se sentirão mais impressionados pelo caráter hierárquico da estrutura eclesial e as origens divinas do poder; outros fixarão a sua atenção na igualdade fundamental de todos os fiéis e na participação deles na missão de Cristo. Uns olharão de preferência para o ministério ordenado e o seu papel insubstituível; outros, para o sacerdócio comum. Uns argumentarão com base exclusiva no magistério oficial; outros destacarão o papel dos teólogos e mesmo da fé do povo de Deus. Uns se sentirão mais atraídos pelo caráter institucional da Igreja; outros, pela existência e liberdade dos carismas. Uns viverão mais diretamente a dimensão universal da Igreja, a sua catolicidade; outros apresentarão em destaque a sua encarnação na Igreja particular, a sua vivência nos homens concretos de um lugar e uma época. Uns mostrarão o aspecto de eternidade do caráter escatológico da comunidade eclesial; outros insistirão em que a escatologia já começou e que o definitivo começa no provisório. Uns repetirão que a missão da Igreja, a

evangelização, é fundamentalmente anúncio da fé em Jesus Cristo; outros acrescentarão que esse anúncio não é crível sem uma luta concreta — o mais concreta possível — pela justiça. Uns pregarão a necessidade de uma salvação eterna; outros tentarão demonstrar que é preciso pensar antes numa libertação temporal.

Numa palavra, uns acentuarão a transcendência de nossa vida e nosso ser eclesial. Outros insistirão no engajamento, no aspecto imanente.

Não podemos cair na armadilha dos que pretendem fazer-nos escolher entre os dois extremos, porque a Igreja é simultaneamente imanente e transcendente. Afirmar unilateralmente um desses aspectos, silenciando o outro, embora não seja uma negação formal, pode ser o caminho para ela, pois do silêncio se passa facilmente ao esquecimento e deste à negação.

#### IV — A CONFERÊNCIA DE PUEBLA NO CONTEXTO DO CONFRONTO ECLESIOLOGICO

Às vésperas da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, os receios eram mútuos e as manobras entre bastidores parece que se desenvolveram de ambos os lados. A famosa carta do então Secretário Geral e atual Presidente do CELAM ao Arcebispo de Aracaju, tão divulgada pela imprensa, numa manobra cujas origens e cujas finalidades não ficaram nada claras, revela certos pormenores do processo de nomeação dos convidados papais e dos peritos ou consultores oficiais da Conferência. A idéia que a gente tira é que as pressões e manobras de uns ficaram mais ou menos compensadas pelas pressões e manobras dos outros. Certamente, a linguagem da carta não honra demais o seu autor, mas também o que durante os meses que precederam a Puebla se escreveu nas revistas a propósito da equipe da Secretaria Geral do CELAM não foi precisamente um mar de rosas. O Documento de Consulta, por exemplo, foi dissecado, analisado nos seus pormenores, procurando penetrar-lhe as motivações íntimas, esquecendo um pouco a sua natureza de algo provisório e não maduro.

Ao inaugurar-se a Conferência de Puebla, as tensões pareciam tais que poderiam impedir um trabalho frutuoso. Também por causa das pressões exteriores, provenientes de pessoas não diretamente participantes da reunião. Houve um claro emprego do poder econômico na financiamento de certas campanhas da direita mais reacionária. Mas houve também a presença maciça de teólogos de uma certa linha de pensamento. Muitos deles, é verdade, estavam lá como assessores particulares de certos bispos ou mesmo de Conferências episcopais. Mas também havia um bom número dos

que tinham o pretexto de uma reunião de revistas cristãs — embora nem todas as que dele participaram o fossem especificamente —. Outros se apresentavam como simples correspondentes de imprensa ou de rádio. De alguns, seria difícil determinar outra razão da sua presença em Puebla, além da vontade de influir, através de mecanismos paralelos, na Conferência Geral do Episcopado.

Nesse contexto de pressões e suspeitas mútuas, era natural que surgissem blocos no seio da própria Conferência. Por isso, é mais surpreendente que o Documento final tenha sido aprovado por quase unanimidade: exatamente com nenhum voto contra e apenas uma abstenção, precisamente a de um bispo brasileiro, conforme ele mesmo revelou. Como se conseguiu essa unanimidade? Dois fatos me parecem fundamentais para explicar esse resultado: a palavra clara e insistente do Papa; e o trabalho da Comissão de Coordenação, no seio da Conferência.

O Papa veio à América Latina com um programa extraordinariamente cheio. Os seus contatos com o povo deixaram uma marca profunda. Mas o mais importante de tudo foi a sua palavra, dirigida a jovens e sacerdotes, a religiosas e camponeses, a índios e operários. Mas, dirigida, sempre, em última instância aos Bispos. Eles compreenderam essa destinação última e, por isso, o Documento final de Puebla recolhe citações bem numerosas, não apenas do discurso inaugural da Conferência, mas de uma boa parte dos que ele pronunciou em terras americanas. De particular importância foram os chamados de atenção, os avisos contidos nessas alocuções. Não há dúvida, João Paulo II estava querendo advertir algo bem concreto e bem atual quando falou da situação dos camponeses, dos índios, dos marginalizados, ou quando se referiu, duas vezes, à "hipoteca social" que pesa sobre toda propriedade privada. Mas também estava falando para o contexto latino-americano, quando se referia ao problema da "Igreja que nasce do povo", dos "magistérios paralelos" ou da tentação do marxismo. Tentar esvaziar as palavras do Papa, mediante uma aparente aceitação inicial, mas alegando que deveria estar referindo-se ao contexto europeu, parece-me uma falta fundamental de sinceridade. E isso se está tentando, mediante a apresentação de certas "chaves de leitura", em artigos de revistas e em conferências pelo Brasil afora. Ora, a primeira regra de interpretação é tomar as palavras no seu sentido óbvio. E a aceitação desse sentido óbvio foi o que possibilitou, em grande medida, a unanimidade dos Bispos em Puebla.

Outro caminho para a unanimidade – e isto toca mais diretamente no nosso tema – foi o esforço da Comissão de Coordenação em encontrar formulas aceitáveis para todos. Foi, aliás, o método do Concílio Vaticano II, sobretudo no grande documento eclesiológico: a *Lumen Gentium*. As afirmações de um sentido são compensadas com outras de signo contrário. Isso é possível porque, como dizíamos, a realidade eclesial tem uma dupla face, indivisível, simultaneamente divina e humana, imanente e transcendente. Mas, enquanto o Concílio conseguiu uma síntese bastante harmônica, em Puebla, por causa da premência do tempo, houve antes uma justaposição, uma convivência pacífica das duas mentalidades. É por isso que falo das eclesiologias e não simplesmente da eclesiologia de Puebla. Há, com efeito, no Documento final, uma eclesiologia explícita, de cunho clássico, seguindo com timidez as linhas do Concílio Vaticano II, na *Lumen Gentium*. É uma eclesiologia de cunho mais essencialista, voltada para o ser da Igreja. É a que se desenvolve sobretudo no número 2 do capítulo I da segunda parte do Documento Final (“O Povo de Deus, sinal e serviço de comunhão”). Mas, ao lado dela, encontramos uma outra eclesiologia, mais existencialista, preocupada com o agir da Igreja. É uma eclesiologia não formulada sistematicamente, mas que se encontra implícita ao longo de todo o documento, sobretudo quando fala das opções pastorais.

Não se trata de duas mentalidades antagônicas, mas complementares. Por isso, foi possível colocar as duas num único documento. E, por isso foi possível a unanimidade. Ninguém negava o outro extremo, mas queria que as suas idéias básicas estivessem presentes. Para o setor do Episcopado de cunho mais conservador, era importante expor claramente, uma vez mais, a doutrina sobre a Igreja, a fim de fechar o caminho a interpretações secularistas. Para o setor mais avançado, não era menos relevante salientar a missão temporal da Igreja, para que não houvesse uma paralisia alienante do seu agir. O resultado foi esse: duas eclesiologias, de diferente signo, em convivência pacífica, mas não em síntese plena.

Vou tentar expor ambas paralelamente, para mostrar a sua compatibilidade plena. Seguirei, como é natural, o esquema da eclesiologia explícita, indicando as idéias que a complementam na implícita.

## V – UMA ECLESIOLOGIA CRISTOCÊNTRICA?

Como é natural, a eclesiologia explícita de Puebla é marcadamente cristocêntrica. Trata-se do ser da Igreja e aí está sempre o Cristo. Aliás, a inspiração de João Paulo II ia nesse sentido, como

ficou ainda mais claro na sua primeira Encíclica, a **Redemptor Hominis**. "A Igreja é inseparável de Cristo", afirmam os bispos latino-americanos (129). Por isso, acentuam as suas origens cristológicas (129), até talvez exageradamente, numa polêmica velada, que depois se manifestará mais claramente (162). Sublinham também a normatividade da Igreja (130), rejeitando os "magistérios paralelos" (161), e insistem na unidade da Igreja (131), com uma formulação que, pela sua brevidade e pela pobreza da secção, dedicada mais adiante ao ecumenismo, pode dar lugar a interpretação restritivas.

Pois bem, esse cristocentrismo não se torna um obstáculo para uma visão antropocêntrica. Evidentemente, de um antropocentrismo que não separa o homem de Cristo, porque neste é que nos foi revelada a plenitude do ser humano. Por isso, a opção marcante da Conferência de Puebla (a opção pelos pobres) é simultaneamente antropocêntrica e cristocêntrica: "Convidamos a todos, sem distinção de classes, a aceitar e assumir a causa dos pobres – dizem os bispos – como se estivessem aceitando e assumindo a sua própria causa, a causa mesma de Jesus Cristo" (Mensagem aos povos da América Latina). O serviço aos pobres é uma identificação "com o Cristo pobre e com os pobres" (904). "O compromisso evangélico da Igreja deve ser, como o de Cristo: compromisso com os mais necessitados" (905). "Evangelizá-los é, por excelência o sinal e prova da missão de Jesus" (906). "Aproximando-nos do pobre para acompanhá-lo e servi-lo, fazemos o que Cristo fez por nós ao encarnar-se, ao tornar-se nosso irmão, pobre como nós. Portanto, o serviço aos pobres é a medida privilegiada, mas não exclusiva do nosso seguimento ao Cristo" (909). Não se podia dizer mais claro que o cristianismo é antropocêntrico por ser cristocêntrico e que é cristocêntrico por ser antropocêntrico.

Essa mesma correção aparece também em relação às origens da Igreja. Já no mesmo número 162, ao polemizar sobre a expressão "Igreja que nasce do povo", admite-lhe um sentido autêntico: "Igreja que busca encarnar-se nos meios populares do continente e que, por isso, surge da resposta da fé que esses grupos dão ao Senhor". Mais ainda, o Documento afirma explicitamente que "a Igreja é o povo de Deus que expressa sua vida de comunhão e de serviço evangelizador em níveis diversos e através de diferentes formas históricas". Nessa diversidade de níveis e formas, parece-me entrever-se uma base autêntica para o reconhecimento do que se tem chamado *eclesiogênese*, quer dizer do surgimento concreto da Igreja num contexto dado.

Por outra parte, a acentuação da normatividade da Igreja hierárquica – baseada na autoridade recebida de Cristo – não

impede o reconhecimento do significado evangelizador dos pobres e do povo, em geral, como autêntica testemunha da palavra de Deus. "O compromisso da Igreja com os pobres e oprimidos e o incentivo das Comunidades de base a tem ajudado a descobrir o potencial evangelizador dos pobres: enquanto a interpelam constantemente, chamando-a para a conversão, e enquanto muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos" (911). Não há nestas palavras, um reconhecimento claro de algo que poderíamos chamar de "normatividade dos pobres"? Claro que ao olharmos para esses aspectos, devemos discernir o que eles nos apresentam. Mas isso também vale para o que outros setores da Igreja nos anunciam, pois nem tudo representa igualmente a autoridade de Cristo. Aliás, os pobres também se nos mostram — na opinião dos bispos latino-americanos — como profundamente evangelizadores e anunciadores da verdade, através da religiosidade popular. "A religiosidade popular, em seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes interrogações da existência" (321).

A eclesiologia cristocêntrica, como acabamos de ver, se tornou antropocêntrica quando os bispos dirigiram sua atenção para a ação pastoral. O único ponto em que isso não aparece tão claro é no enfoque dado à unidade da Igreja que, como dizíamos, talvez seja o mais fraco de todo o Documento. Mesmo assim, o destaque que nele receberam as CEBs e a insistência na dimensão familiar da comunidade eclesial deixam aberto um caminho para uma compreensão da unidade que se fundamenta não apenas na presença de uma autoridade superior.

O cristocentrismo de Puebla aparece ainda na descrição da Igreja como sinal, germe e início do Reino. Nenhuma novidade nessa exposição, que está totalmente baseada no Concílio Vaticano II, especialmente na *Lumen Gentium*. Poderia esperar-se que se aproveitasse aqui a ocasião para falar das implicações políticas da pregação do Reino: aquilo que Metz e os que escreveram depois dele chamam "reserva escatológica". Ou seja, a relativização de todo sistema de poder terreno, perante o anúncio de um Reino definitivo que um dia chegará. De fato, o Documento de Puebla, por duas vezes (no nº 26, ao descrever a realidade; e nos números 396 e seguintes, ao falar das ideologias) faz uma crítica radical dos sistemas ideológicos de poder atuais. Contudo, essa crítica está, infelizmente, desvinculada desse ser da Igreja. A relativização das ideologias, na realidade, não brota apenas do anúncio de uma doutrina confiada à Igreja, mas do seu próprio modo de ser. É o mesmo Cristo, presente e atuante, no meio dela quem lança o maior desafio aos poderosos deste mundo, ao fazer já presente o único Reino autêntico. Teria sido bom que isto não tivesse sido esquecido.

## VI – REALIZAÇÃO HISTÓRICA DA IGREJA COMO POVO DE DEUS

O grande núcleo da exposição sobre a Igreja em Puebla está centrado em torno à idéia de Povo de Deus. E precisamente partindo do conceito de povo peregrino: "Nosso povo gosta de peregrinações. Nelas, o cristão simples celebra a alegria de sentir-se imerso no meio de uma multidão de irmãos, caminhando juntos para Deus que os espera" (134). Este tema da peregrinação é algo muito presente na Teologia da libertação. Por isso, chama mais a atenção a absoluta falta de referência do Documento de Puebla à história do Êxodo e àquela escola teológica. Às vezes há silêncios que são eloqüentes!

O povo de Deus se apresenta como um povo universal. Nessa afirmação, repetida ao longo da secção que estamos analisando, mas focalizada sobretudo no número 137, há o perigo de uma abstração. Mas, de novo, entra aqui a correção da Ecclesiológia implícita. Precisamente por ser universal, tem que atingir os setores mais abandonados, "as situações mais necessitadas de evangelização" (252). Ou seja, as "situações permanentes", como as dos indígenas e dos afro-americanos; as "situações novas", como as dos migrantes, dos marginalizados, dos expostos às seitas e ideologias que não respeitam a identidade de nosso povo; as "situações particularmente difíceis", como as dos grupos de influência. A Igreja se torna assim universal, na medida em que sabe descer a todas e cada uma das situações particulares.

Dentro da concepção da Igreja como Povo de Deus, o acento latino-americano se sente com maior força, no Documento de Puebla, quando se afirma que ela é "família de Deus" (138ss.). Não há dúvida que, frente ao racionalismo greco-romano do Antigo Continente, a América Latina apresenta valores afetivos bem mais fortes. "Esta visão da Igreja toca profundamente o homem latino-americano, que tem alta estima pelos valores da família e que busca ansiosamente, diante da frieza crescente do mundo moderno, a maneira de salvá-los" (139). Por isso, o Documento de Puebla é aqui onde apresenta uma menor distância entre o que temos chamado de ecclesiológia explícita e ecclesiológia implícita. De fato, na exposição sistemática sobre a Igreja, acentua a necessidade de "fazer-se" e não apenas "sentir-se" família de Deus (140); insiste nas relações de filiação e fraternidade, vividas em Cristo (141-142); fala de uma comunhão de amor no Espírito Santo (143) e na superação dos conflitos através dessa comunhão (144-145). Como é natural, num enfoque diretamente teológico-dogmático, sublinha a importância da comunhão na fé, nos sacramentos e na hierarquia (146-149).

Pois bem, essa dimensão familiar também aparece, e em forma bem destacada, ao falar do agir da Igreja, de modo especial no capítulo primeiro da terceira parte, onde nos são apresentados como centros de participação e comunhão, em primeiro lugar, a família e, em segundo, as comunidades eclesiais de base. Não podemos esgotar, por falta de espaço, o tema das CEBs. Mas não há dúvida que o elemento afetivo teve e tem um papel preponderante nas suas origens e no seu desenvolvimento posterior. "Possuem maior inter-relação pessoal" (477). Creio que mereceria a pena um estudo mais aprofundado do possível paralelismo (embora com diferenças notáveis) entre as CEBs e a família ampla. Daí poderíamos tirar uma série de valores intrínsecos ao nosso povo, que deveriam ser procurados na pastoral urbana, mas dentro de uma estrutura bem diferente daquela que atualmente têm as CEBs.

Dado esse acento familiar da nossa eclesiologia, pode chamar a atenção o fato de Puebla não ter feito, ao lado da dos pobres e dos jovens, uma opção preferencial pela família. Pelo menos, ela não aparece no seu lugar próprio, quer dizer, na quarta parte. Mas, ao meu ver, é uma ausência aparente. Na realidade, há uma verdadeira opção preferencial. "Ratificamos — dizem os Bispos reunidos em Puebla — a prioridade da pastoral familiar dentro da Pastoral de Conjunto da América Latina" (438). Aliás, a prioridade já tinha sido dada pelo próprio Papa: "Empregai todos os esforços para que haja uma pastoral familiar. Atendei a um campo tão prioritário, com a certeza de que no futuro a evangelização depende em grande parte da 'Igreja doméstica'" (Discurso inaugural em 28 de janeiro de 1979).

Por isso, não é estranho o paralelismo que o Documento final traça entre a Igreja e a Pastoral Familiar: "A Igreja é evangelizadora, profética e libertadora. Assim também a Pastoral Familiar" (439). Nos quatro pontos da coincidência indicados no Documento — anúncio, denúncia, busca de caminhos e acolhimento — há uma base para um desenvolvimento maior da Teologia do Povo de Deus, que é Família de Deus. Aliás, as duas grandes linhas pastorais de Puebla — comunhão e participação — têm um caráter marcadamente familiar e é no seio da família onde se podem realizar plenamente.

O Povo de Deus, nos dizem os bispos latino-americanos, é um povo santo. "Tal santidade recorda ao povo de Deus a dimensão vertical que constitui sua comunhão" (150). É, de novo, a eclesiologia de cunho essencialista. Mas também recebe o seu corretivo, ao tratar da piedade popular (nn. 712ss.). Aí se vê como o senso do sagrado, do santo se encontra também no meio do povo. Por isso, é

possível exortar a empregar "os valores da piedade popular como ponto de partida para se obter que a fé do povo alcance maior maturidade e profundidade" (768). E aos agentes de pastoral se pede que "procurem recuperar os valores evangelizadores da piedade popular em suas diversas manifestações pessoais e massivas" (772).

Quando li, por primeira vez, o Documento de Puebla, chamou-me logo a atenção que, ao invés do que os autores costumam fazer, os bispos latino-americanos utilizaram os números que dedicam a estudar o caráter peregrino do Povo de Deus (154-165), não para falar do seu caráter histórico e provisório, mas de sua estrutura hierárquica e social. Fiquei surpreso, mesmo que neles se acentue o caráter de serviço e sacramento, assim como o afeto colegial que deve presidir o exercício do ministério hierárquico. Não bastava já o que fora dito ao sublinhar o cristocentrismo da Igreja? O verticalismo acentuado que aqui aparece pode dar a impressão de um passo atrás em relação a Medellín. Mas, de novo, encontramos algo diferente, quando se trata da ação pastoral. "Queremos favorecer - dizem os bispos - a descoberta e a formação gradual de animadores para as CEBs" (496). É uma abertura, embora tímida e insuficiente, para o problema dos novos ministérios, não apenas para, mas também a partir das comunidades eclesiais de base. Um pouco mais alentadores são os parágrafos dedicados à inserção dos leigos no apostolado, através de novos ministérios, variados e diversos, que não devem clericalizar aqueles que os recebem e que se orientam "para o crescimento e a vida da comunidade eclesial, sem perder de vista o serviço que, esta deve prestar ao mundo" (643; cf. 636-637; 644). Faltou, contudo, coragem para ver no leigo chamado ao ministério não apenas um auxiliar ou um sucedâneo do clérigo (cf. a esse respeito o nº 655), mas alguém que tem um papel próprio e insubstituível na Evangelização.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano aproveita a qualificação de "Povo enviado de Deus", aplicada à Igreja, para falar sobre o profetismo nos tempos atuais. Mas, também aqui, a eclesiologia explícita é de cunho marcadamente hierárquico. É entre os pastores onde constata esse dom (cf. n. 167). E, uma vez mais, a mesma função vai aparecer, numa dimensão bem maior, quando se trata de descrever a ação pastoral, quer dizer, na eclesiologia implícita: "A Igreja, através de inumeráveis sacerdotes, religiosos, missionários e leigos, esteve e ainda está presente entre os mais pobres e necessitados, pregando o Evangelho e realizando a caridade que o Espírito nela difunde para a promoção integral do homem, e dando testemunho de que o Evangelho tem força para elevar e dignificar o homem" (774).

## VII – O POVO DE DEUS A SERVIÇO DA COMUNHÃO

Onde aparece a menor distinção entre as duas linhas eclesiológicas é nesta secção (a partir do número 169), quando o discurso está totalmente voltado para a práxis. Tem-se a impressão de que foi escrita por uma outra mão, porque o verdadeiro protagonista aqui é o Povo de Deus. “Todos – hierarquia, leigos, religiosos – são servidores do Evangelho. Cada um segundo o seu papel e carisma próprios” (170). “A Igreja evangeliza, em primeiro lugar, mediante o testemunho global de sua vida” (171). “Cada comunidade eclesial da América Latina deveria esforçar-se por se constituir, para o continente, em exemplo de convivência, onde se consiga unir liberdade e solidariedade” (172). “Através da ação dos cristãos, como acima descrevemos, a Igreja pode realizar sua missão de sacramento da salvação” (179).

Evidentemente, esse acento sobre a participação de todos aparece ainda mais claro no capítulo dedicado aos meios para a comunhão e participação, e na descrição da Igreja Missionária para a Evangelização da América Latina (quarta parte). As citações seriam demasiadamente numerosas e prolixas. Aliás, já não acrescentariam grandes novidades a quanto levamos dito. Como afirmávamos, nesta matéria, não se percebe o distanciamento entre a teoria e a prática: é verdadeiramente o Povo de Deus – e não apenas a sua hierarquia – quem está ao serviço da comunhão.

## VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dizíamos inicialmente, pudemos constatar ao longo do Documento final duas linhas eclesiológicas: uma mais explícita, de cunho essencialista e vertical; uma outra mais implícita, de cunho existencialista e horizontal. Mas não se trata de elementos quimicamente puros. Ambas se entrecruzam e, o que é melhor, se complementam. Por falta de tempo, os bispos não conseguiram uma síntese perfeita, mas deixaram os caminhos abertos para ela. É urgente essa tarefa. Se não o fizermos, poderemos cair, durante os próximos anos, no perigo do maniqueísmo, da oposição radical, da divisão irremediável.

Como disse Dom Aloísio Lorscheider, perante a XVII Assembléia Geral da CNBB: “Na consideração do Documento de Puebla, não se podem esquecer as várias tendências pastorais presentes na América Latina, no pós Vaticano II e no pós-Medellín. Estas tendências continuam a existir dentro de cada um de nós. Não é fácil desfazer-se de pontos de vista que nos parecem os melhores. O

importante é ter consciência da presença destas tendências em nós, permanecendo numa **abertura colegial fraterna** a outras tendências, de tal sorte a se encontrar a via mais justa" (Comunicado Mensal da CNBB, nº 319, abril 1979, pp. 488-489).